

## **EM BUSCA DE RIQUEZAS E DISTINÇÃO: OS PATRIMÔNIOS NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS (1770-1790)<sup>1</sup>.**

Janice Correa da Silva<sup>2</sup>

Na segunda metade do século XVIII a Capitania da Parahyba esteve subordinada a Capitania de Pernambuco. Elza Régis de Oliveira considerou que tal subordinação foi resultante de uma consulta do Rei ao Conselho Ultramarino, onde o monarca alegava que os meios existentes aqui naquela temporalidade eram insuficientes para a manutenção de um governo autônomo e, nesse sentido, de acordo com autora, a subordinação fora gerada em virtude da situação de debilidade econômica que imperava na Paraíba (OLIVEIRA, 1985, p: 67-90).

Dialogando com Elza Régis de Oliveira, Mozart Vergetti de Menezes afirma que a referida historiadora interpretou o processo de anexação da Capitania da Paraíba a de Pernambuco como sendo resultado da crise de longa duração que se estendeu sobre o Nordeste açucareiro, atingindo tanto a produção do açúcar quanto a comercialização deste produto. Ele chamou a atenção para fato de que uma análise que se ocupe da investigação dos fatos que resultaram na subordinação da Capitania da Paraíba não pode ter dúvidas quanto à dimensão da crise que se abateu sobre a Capitania paraibana, mas principalmente não deve relegar a um plano secundário a declaração do monarca, que reconheceu, a partir de um parecer do Conselho Ultramarino, a quebra da Provedoria da Fazenda Real da Paraíba (MENEZES, 2005: p. 197-198).

No que se refere ao sertão da Capitania da Parahyba do Norte, questionamos: que realidade era vivenciada na segunda metade do século XVIII naquele espaço? É justamente essa inquietação que nos motiva a empreender uma investigação histórica sobre os patrimônios materiais e cabedais familiares no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XVIII, objetivando identificar os mecanismos utilizados pela elite<sup>3</sup> sertaneja em formação na legitimação de seu estatuto social. Procuraremos descortinar a seguinte problemática: de que forma a constituição

---

<sup>1</sup> As discussões que foram feitas neste trabalho são oriundas da pesquisa que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, de forma específica na linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos.

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CAPES.

<sup>3</sup> Utilizamos o termo elite para nos referirmos aos indivíduos que ocupavam ou estavam lutando para ocupar o topo da hierarquia social. Ver Silva (2005).

dos patrimônios no século XVIII, no sertão do Rio Piranhas, favorecia a elite local em formação proporcionando-lhe um reconhecimento de distinção? Que elementos materiais dentro do quadro das riquezas conferiam um distanciamento (no que se refere à posição na hierarquia social) aos colonos no oeste paraibano? Quais os possíveis arranjos entre esses atores sociais no exercício das práticas sociais e das relações de poder?

Em resumo, nossa preocupação neste primeiro momento da investigação é conhecer os padrões de riqueza, procurando identificar o que se acumulava, no que se investia e quais elementos dentro do quadro das riquezas conferiam, aos colonos, uma diferenciação no seio da sociedade. Tentaremos perceber como este movimento estava associado à atuação de um determinado grupo social, preocupado com a manutenção dos seus interesses e que almejava tornar-se detentor da riqueza e do poder local, com ramificações às regiões próximas e até distantes, ambos elementos se apresentando como elemento que proporcionou distinção a esse mesmo grupo.

Estaremos verificando como se constituiu a experiência humana dos atores sociais numa dada temporalidade e num dado espaço, a saber: segunda metade do século XVIII (1770-1799) e o alto sertão da Capitania da Parahyba do Norte. Neste intento, se buscará a luta empreendida por esses sertanejos em favor de sua sustentação/ sobrevivência, reconhecimento e ascensão social. Vale destacar que a nossa escolha do recorte temporal está relacionada a dois aspectos: a disponibilidade de fontes e parte do período em que a Capitania da Parahyba esteve anexada a Capitania de Pernambuco.

No que se refere aos aspectos metodológicos, a tessitura teórica será engendrada a partir da leitura de autores que trabalharam com o tema em questão no século XVIII; Faremos leitura também de autores que trabalharam temas relacionados à problemática das relações sociais, das elites e das riquezas, assuntos extremamente conectados com o que pretendemos abordar aqui, (os patrimônios no sertão do Rio Piranhas) a exemplo de: Mascarenhas (1998); Martins (2007); Silva (2005); Almeida (2007); Gouvêa (2004) e outros, objetivando perceber, nessas elaborações, aspectos relacionados ao movimento de constituição de riquezas no sertão do Rio Piranhas.

Privilegiamos para o desenvolvimento deste trabalho os inventários (documentos depositados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, da cidade de Pombal, PB) deixados pelos sertanejos daquela localidade, dentro do recorte temporal proposto, com o intuito de encontrar elementos que forneçam uma compreensão acerca dos patrimônios e do movimento em busca desses bens.

Nesses documentos encontramos informações acerca da quantidade e caracterização dos bens móveis e imóveis, das dívidas ativas e passivas dos falecidos, partilha dos bens inventariados entre os herdeiros, contas cartoriais, arrematação de bens, soma dos bens, bens separados para se pagarem as dívidas, bem como de diversos outros aspectos acerca de questões jurídicas, relações familiares e sociais, transações econômicas, partilhas de bens destinados ao pagamento de dívidas. Por meio dos textos contidos nos inventários percebemos a posição social ocupada pelos indivíduos, as atividades econômicas desenvolvidas, a atuação jurídica dos oficiais envolvidos na elaboração dos documentos, os valores dos bens móveis e imóveis, bem como suas quantidades, o que nos permite visualizar as possibilidades materiais dos homens e mulheres em questão. A descrição dos bens nos permite observar que os aspectos ligados à cultura material apareciam com maior frequência no Alto Sertão Paraibano.

Tendo por base as considerações acima, pretende-se discutir neste trabalho como se deu o processo de constituição da elite no sertão do Rio Piranhas, a maneira como os atores sociais buscaram se apropriar dos recursos oferecidos pela natureza, constituindo seus cabedais, e investindo naquilo que realmente era interessante naquele contexto em que viviam. É justamente aí que se estará observando os modos de fazer, as estratégias e táticas dos colonos (CERTEAU, 1994), e maneira como tal elite se conectava com outros espaços, estabelecendo relações de amizade, constituindo haveres e riquezas e administrando-as (SILVA, 2005; GONÇALVES, 2007; SOUZA, 2007). Buscaremos compreender as relações sociais no sertão do Rio Piranhas, percebendo-as como geradoras de mecanismos que favoreceram a acumulação de bens materiais e a conseqüente ascensão na hierarquia social.

No empreendimento de colonização do Brasil, a Coroa se utilizou da iniciativa particular e nela se apoiou, sempre buscando o seu controle. Se na perspectiva do Estado contemporâneo essa situação pode ser vista como fragilidade, à época tal política constituiu hábil recurso. Nesse sentido, a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos cedendo em troca desse apoio terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos (RICUPERO, 2009: p. 13).

Regina Célia Gonçalves, se referindo à conquista do Rio Paraíba e a constituição da Capitania Real da Paraíba mostrou que estes dois últimos processos encontram-se inseridos no conjunto de formas utilizadas pela metrópole na tentativa de assegurar a manutenção da posse de suas terras no continente americano. A mesma autora afirmou que a distribuição de terras para os colonos apresenta-se como uma das faces da política de mercês e privilégios

que caracterizou o sistema político em Portugal durante os séculos XVII e XVIII. Ela destacou que no ultramar, os privilégios não eram concedidos simplesmente aos nobres, mas a todos aqueles que houvessem prestado algum tipo de serviço à Coroa. Prevalendo essa realidade, tanto os que fizessem parte da nobreza de origem quanto os demais súditos do rei, podiam visualizar em sua inserção no império a possibilidade de enriquecimento (GONÇALVES, 2007: p. 150-160).

Nesse sentido, o espaço-sertão não esteve desconectado dessa dinâmica, passando a se apresentar também como um lugar que oferecia oportunidades para a efetivação do enriquecimento de muitos atores sociais. E isto torna-se evidente no trabalho de João de Lyra Tavares, pois a partir da elaboração deste autor, entendemos que os colonos, ao se instalarem no sertão da Capitania da Paraíba, estiveram fortemente empenhados em adquirir sesmarias, apresentando argumentos que comprovassem as necessidades dos mesmos, beneficiando-se então desse sistema de distribuição de terras.

Nesse sentido, no dia 2 de março de 1781 o

Capitão-mor Christovão da Rocha Pitta diz que possui um sítio denominado Santa Anna na ribeira das Piranhas, que herdou do seu tio Simão da Fonseca Pita, nas ilhargas da compreensão do qual tem sobras devolutas, que pretende por sesmaria, entrando nestes o riacho Santa Anna que deságua no rio Piranhas, com três légoas de comprimento pelo riacho acima, pegando das extremas do dito seu tio e meia a légoa para cada uma das bandas do mesmo riacho. Foi feita a concessão no governo de Jerônimo José de Melo e Castro (TAVARES:1982).

A obtenção dessas terras foi o ponto de partida para a formação de um grupo social que, paulatinamente, foi se tornando detentor do poder e da riqueza no Oeste da Capitania paraibana, durante a primeira metade do século XVIII. Entende-se, é claro, que tal processo não se deu de uma hora para outra: é evidente que tal grupo se constituiu e participou de forma ativa deste “fazer-se”, na medida em que empreendia uma luta em prol da manutenção de seus interesses.

Já sabemos que a colônia oferecia recursos abundantes. No entanto, era preciso aproveitá-los, cultivando a terra e tornando-a produtiva. Sendo assim, a terra se apresentava com um sentido duplo: o de sobrevivência e de riqueza. Esta última entendida como “a produção apropriada pelos indivíduos e os bens produzidos disponíveis aos indivíduos ou aos grupos sociais” (MASCARENHAS, 1998: p. 57).

Evidentemente, as terras apresentavam-se como um importante elemento dentro do quadro das riquezas no sertão do Rio Piranhas, visto que eram extremamente necessárias para criação de gado e desenvolvimento da agricultura. É importante destacar que essas terras deveriam estar localizadas nas proximidades dos rios, favorecendo o bom andamento das atividades econômicas nelas desenvolvidas.

Nesse sentido, Maximiliano Lopes Machado nos informa que

o Piancó era o lugar preferido pelos creadores em razão da abundância de pasto para o gado, encostas de serras e bôas agoadas para ahi havia affluído gente rica e poderosa da Bahia e outras partes, a qual pedio providências ao governo contra aquelles bandos, representando no sentido de crear-se Villa naquele logar [...] (MACHADO, 1909, p: 258).

Sendo assim, no dia 8 de agosto de 1781,

Francisco de Arruda Câmara, capitão-mor da vila do Pombal, do sertão do Piancó, diz que possui metade de uma sesmaria de três léguas de terras alcançadas pelo sargento-mor Antônio Gonçalves de Melo nas cabeceiras do riacho cipó que deságua no da Caissara e este no rio das Piranhas, sobras do timbaúba, Puxu e Santa Anna, aqueles do coronel André de Albuquerque Maranhão, e estes dos herdeiros do defunto sargento-mor Bento de Barros de Albuquerque em que ele suplicante tem parte, e por que entre os ditos sítios há sobras e o suplicante precisa para recreação de seus gados, pedia por sesmarias de três léguas, ou o que houver, nas terras circunvizinhas de que é possuidor da metade das cabeceiras do Riacho do Sipó e do sitio de Santa Anna e o do pocoron e da data do Coronel André de Albuquerque, chamada Sipó, enchendo-se ele suplicante das três léguas de comprido e uma de largo nos meios, pelo riacho da Bandarra acima ficando na compreensão as várzeas de dentro. Foi feita a concessão no governo de Jerônimo José de Melo e Castro (TAVARES, 1982).

No entanto é preciso que seja destacado o fato de que no sertão os argumentos apresentados pelos colonos nos pedidos de sesmarias eram diferenciados daqueles apresentados pelos colonos estabelecidos nas áreas litorâneas, visto o sertão dispor de uma natureza propícia ao desenvolvimento de outro tipo de atividade econômica. Assim, nos requerimentos de sesmarias encontramos sempre referências a terras que teriam a finalidade de criar gado.

Capistrano de Abreu mostrou como se tornava favorável a criação do gado *vacum* no sertão, visto que a atividade não necessitava ser desenvolvida na proximidade da praia; requeria um pequeno número de pessoas; e fornecia alimentação constante. O autor mostra o papel desempenhado pelo couro na fabricação dos mais variados objetos utilizados pelos sertanejos, nomeando o sertão como civilização do couro. De acordo com ele,

pode se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a civilização do couro. De couro eram as portas das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as brucas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal [...] (ABREU, 1998, p: 133).

Um fato interessante que salta aos nossos olhos na medida em que analisamos a documentação é que nos inventários que selecionamos para o desenvolvimento deste trabalho os objetos de couro quase não aparecem, até o presente momento só encontramos referências a um objeto, denominado de canastra, (em que provavelmente utilizava-se o couro na sua fabricação), pois, tratava-se de uma caixa larga não muito alta, fabricada com ripas de madeira ou revestida de couro. Não sabemos a razão do predomínio desta situação, no decorrer desta investigação (que ainda está em desenvolvimento) estaremos empenhados em obter uma resposta para os questionamentos que têm surgido.

É preciso que se destaque que o estabelecimento de relações de amizade com indivíduos (até mesmo de segmentos sociais subalternos), conectando-se com outros espaços, foi constante e de fundamental importância para a constituição de um grupo social interessado na acumulação de riquezas e na distinção e ascensão no meio social no sertão da Paraíba e, de forma mais específica, no sertão do Rio Piranhas.

Essas ligações em nosso entendimento evidenciam um cuidado com a manutenção da base material constitutiva da riqueza desses atores sociais. No que se refere à percepção de tal cuidado, nos utilizaremos de inventários, documentos que proporcionam uma visibilidade das condições materiais dos sertanejos na primeira metade do século XVIII. Desse modo,

[...]aos [d]ez[a]sseis dias do mes de mayo de mil sete[c]entos e Setenta e oito annos nezta nova vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania da Parahiba do Norte em casa de morada do Juis de órphaoz o capitão-mor Francisco de Arruda Camara, onde Eu Escrivão de Seu cargo ao diante nomeado vim e Sendo ahi mandou o dito Juis vir perante si aos avaliadores do concelho o Ajudante Francisco da Costa Barbosa e Manoel Carneiro de Melo a quem lhe disse que debayxo do juramento de Seus [...] avaliarem os bens deste Inventário conforme intendesem em suas conscienciaz, o que sendo por elles ouvido aSim o prometeram fazer, de que para constar fis este termo E digo de que para constar mandou o dito Juis fazer este termo em com elles se aSinou eu Antonio da Silva Tavares Coutinho escrivão de órfãos o escrevi[...].<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Fragmento retirado do inventário de Ana Maria da Costa e Francisco Pereira de Sousa. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

O trecho acima trata-se de um fragmento do inventário de Ana Maria da Costa e Francisco Pereira de Sousa. O casal teve seus bens inventariados no ano de 1778. Entre ele aparecem 50 cabeças de gado vacum de toda sorte. Cada cabeça foi avaliada pelos avaliadores a mil e seiscentos reis que. É interessante notar que no rol de bens do referido casal não encontramos dinheiro, ouro, prata, cobre, ferro e estanho, e nenhuma referência ao mobiliário. No que diz respeito à presença de escravos, no inventário que estamos analisando a única informação encontrada foi a de que o casal devia ao seu sogro a quantia de 40\$000 (quarenta mil réis) “que lhe havia prometido para comprar uma negrinha”. Também não encontramos referências a peças do vestuário. Em suma, no inventário do referido casal os bens semoventes são os que se destacam: talvez eles se apresentassem como sendo mais relevantes do ponto de vista material para os inventariantes.

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes considerou que os elementos considerados importantes o suficiente para serem colocados em inventário eram muito simples<sup>5</sup> e defendeu que isso denota uma vida sem muitos luxos afirmando que aqueles indivíduos viviam em um ambiente material espartano, como ocorria em outros lugares antigos. Se assim foi, que elementos eram considerados importantes para que um indivíduo apresentasse um estatuto social privilegiado ou de destaque? Se levarmos em consideração as pistas oferecidas pelo inventário acima, diremos que a categoria bens semoventes apresentava muita relevância para os colonos no sertão do Rio Piranhas e, talvez, fosse responsável por conferir aos grupos sociais ali presente um distanciamento com relação as outros segmentos sociais.

Ao estudar as particularidades da figuração da aristocracia de corte, Norbert Elias mostrou que em sociedades nas quais impera o *ethos* do consumo o simples asseguramento da condição social de uma família bem como uma melhora da aparência e do êxito no meio social

dependem da capacidade de tornar os custos domésticos, o consumo, as despesas em geral, dependentes em primeira instância do nível social, do status ou prestígio, possuído ou almejado. Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seu concorrente numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status. Essa obrigação de gastar de acordo com o seu nível social requer uma disciplina no uso do dinheiro que é diferente da burguesia (ELIAS, 2001: p. 86).

---

<sup>5</sup> A autora se referiu aos inventários que estão depositados no Fórum Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB, e que até o presente momento foram por ela analisados. Assim, queremos salientar que a presença de elementos materiais simples nos inventários não é comum a todos os inventários.

As considerações do autor servem-nos de ponto de partida para pensarmos até que ponto os patrimônios materiais apresentados pelos inventários foram importantes, apresentando-se como mecanismos através dos quais os colonos buscaram ostentar um nível social elevado distinguindo-se dos demais indivíduos no sertão do Rio Piranhas. Queremos entender de que forma o dinheiro era gasto, no que se procurava investir. Analisemos, então, as informações contidas nas fontes, observando o valor conferido aos elementos que compunham as riquezas:

Ano do Nascimento de nosSo Senhor Jesus Cristo de mil settecentos e oitenta e três, aos nove dias do mes de oitubro do ditto ano nesta nova villa de Pombal de NosSa Senhora do Bom Sucesso capittania da Paraíba do norte, em casas de morada do juis de orphaoz e licenciado Antonio Luiz da Pas, onde Eu escrivão de seu cargo ao diante nomiado vim e sendo ahí appareceu o tenente Felipe Leite Ferreira testamenteiro do defunto [...] o sargento Mor Luis Peixoto Viegas por ele foi apresentado o dito testamento requerendo ao dito juiz procedesSe ao Inventário nos bens que ficaram ao dito defunto para a satisfação dos seus legados e mais disposições<sup>6</sup>.

Vale destacar aqui que os magistrados (oficiais, testemunhas, testamenteiros, inventariantes) responsáveis pela elaboração do documento e que conferiam “legalidade” ao mesmo eram aqueles que ocupavam as posições mais elevadas na sociedade. É notável o movimento desses indivíduos em busca de riquezas. Acreditamos que por trás da atuação jurídica que envolvia a elaboração desses documentos existia uma gama variada de interesses que redundariam em vantagens do ponto de vista material.

O próprio Luis Peixoto Viegas (mencionado no fragmento de inventário acima) era um desses atores sociais que ocupava as posições cimeiras em razão de ocupar um cargo muito importante na hierarquia social, pois era um sargento-mor<sup>7</sup>. Às vésperas da morte, Luis Peixoto Viegas ditou testamento, onde se nota, sua preocupação com a vida após a morte:

Em nome da Santíssima trindade Padre Filho Espírito Sancto três peSsoas destinadas e hum só Deos verdadeiro saibam quanto este instrumento ou [...] de testamento virem que no ano do nascimento de noSso Senhor Jesus Cristo de Mil sete Centos, e oitenta e dous aos dous dias do mês de Janeiro [...] Luis Peixoto Viegas estando em meu perfeito juízo e intendimento que

---

<sup>6</sup> Fragmento retirado do testamento de Luis Peixoto Viegas. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

<sup>7</sup> O cargo de sargento-mor foi criado em 10 de dezembro de 1570, tal cargo pertencia a companhia das ordenanças, sua nomeação era realizada pelo governador-geral. Entre as atribuições do sargento-mor estavam: substituir o capitão-mor no caso de impedimento ou ausência, por um período máximo de seis meses; visitar e ordenar as companhias de todos os lugares do termo; ser sargento-mor apenas nas vilas ou concelhos onde houver mais de uma companhia de ordenanças. (SALGADO, 1985, p. 404).

noSso Senhor me deu valente, e de pé, temendo-me da morte, e desejando por minha, [...] Caminho da Salvação por não saber o que Deus noSso Senhor que de mim fazer [...] De mim levar para si faço este testamento na forma seguin[te] primeiramente encomendo [?] minha alma a SantiSsima Trindade que a criou e Logo ao Padre Eterno pella morte do seu unigênito filho a quem [...] para morrer na [...] e a meu Senhor Jesus cristo pello [...] Suas divinas Chagas que já quer nesta vida me [...] de dar seu precioso sangue em merecimento [rasurado] trabalhar [?] me faça saber merece na [rasurado] da o [...] de lhes que he glória, e Logo a gloriosa virgem Maria noSsa Senhora madre de Deos e a todos os sanctos da corte Celestial e particularmente a meu Anjo da guarda, e ao sancto do meu no me Sam Luiz e a virgem noSsa Senhora do Rosário a quem tinha especial devoção que irão por mim interceder, e logo a meu Senhor Jesus Cristo [...] ra e quando a minha alma dê- te corpo sair por que com o verdadeiro [...] protesto de viver e morrer na Sancta fé Catholica e crer o que tem e que ensina a Sancta madre Igreja de forma e nesta sancta fé e por saber a minha alma não por meus merecimentos mas pellos da SantiSsima payxão de seu unigênito filho de Deos e Logo ao Senhor<sup>8</sup>.

A experiência da morte, naquela temporalidade convocava os homens para se posicionarem de determinados modos a exemplo da elaboração de um testamento, este acabava tornando se parte de um ritual onde o indivíduo se preparava para a morte, nesse sentido o testamento acabava apresentando-se como um instrumento importante, uma vez que garantia a transmissão de bens materiais e abria horizontes para uma aquisição que estava além da esfera material, o perdão divino<sup>9</sup>.

Luis Peixoto Viegas também fez recomendações acerca do seu sepultamento declarando que seu corpo deveria ser sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora do bom Sucesso envolto em [?] de Sam Francisco e também acompanhado do seu Reverendo pároco. Ele recomenda ainda que sejam realizadas missas de corpo presente “três oitavarios SuceSsivos” no dia de seu enterro “com solenidade e canto de órfão com os sacerdotes que se acharem”. O Sargento declara que para a realização do ofício (missa, solenidade, canto) deu 20\$000. Percebemos ainda as recomendações para que fossem realizadas muitas missas para diverso santos.

Comprendemos que Luis Peixoto Viegas estava extremamente preocupado com a vida após a morte, mas também, estava preocupado com o ritual e com a cerimonialidade que deveria acompanhar a solenidade do seu sepultamento. Nesse sentido, conforme Paiva a avaliação das cerimônias públicas, nas quais a igreja ou mesmo os seus membros participam

---

<sup>8</sup> Fragmento do testamento de Luis Peixoto Viegas, Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

<sup>9</sup> Ver Dissertação de Mestrado de Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (2009: p. 2).

como realizadores ou simples intervenientes, é importante para se compreender a consciência que esses indivíduos possuem das suas funções, lugar social, prestígio e poder. Este postulado inicial faz particularmente sentido numa temporalidade, (séculos XVII-XVIII) no qual a relevância conferida a cerimonialidade e a etiqueta e o encanto exercido pelo ritual sagrado eram enormes. (PAIVA, 2001: p. 75).

Queremos salientar que para além desse sentimento e sentido religioso, e também da preocupação com o ritual e com a cerimonialidade presente nas declarações de Luis Peixoto Viegas e que era próprio da mentalidade vigente na época a análise desses relatos nos revelam as condições materiais do sargento-mor como também uma situação (a solenidade de seu sepultamento) em que os indivíduos estavam preocupados em investir seus cabedais, nos permitindo captar aspectos importantíssimos da cultura material do sertão do Piranhas.

Em seu testamento, o sargento-mor Luiz Peixoto Viegas declarou que era natural do termo de [?] Arcebispado de Braga Freguesia de Sam Martinho filho legítimo de Jeronimo Pereira e sua Mulher Francisca Peixoto Viegas e que “todos os seus bens foram adquiridos a custa do seu próprio trabalho e diligência sem que herdasse coisa alguma”. Assim, no ano de 1783 ele teve seus bens inventariados. Entre os mesmos encontramos: 10 escravos (José, Domingos, Luiz, Jerônimo, José Cabrinha, Gonçalo Mulatinho, Rosa Cabrinha, Joana Mulatinha, Victoriana crioula e Joaquina Cabrinha); 01 espadeiro de prata, 02 pares de fivela de prata, 02 moedas velhas, 02 machados, um em bom uso e outro velho, 01 enxada em bom uso, 01 foice velha, 01 canastra velha, 01 cangalha velha; 30 cabeças de gado vacum, 03 cavalos, 11 bestas, 03 potros e “uma parte do sítio das flores”. A consolidação de seu patrimônio deve ter sido proveniente da atividade criatória e agricultura desenvolvida em suas terras, como também das rendas adquiridas por meio de seu ofício.

Se fizermos uma leitura atenta dessas fontes compreenderemos que as ações destes atores sociais resultariam em arranjos variados que beneficiaram um grupo social empenhado na constituição de um patrimônio no sertão do Rio Piranhas. A terra era um elemento relevante dentro do quadro das riquezas dos colonos sertanejos, era ela que proporcionava as condições necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da agricultura de subsistência, apresentando-se como ponto de partida para o estabelecimento desses mesmos colonos no oeste paraibano, como mostramos anteriormente. Acreditamos assim, que as relações sociais que se desenvolveram no sertão do Rio Piranhas ancoravam-se numa cultura política cujos

elementos levavam os indivíduos a se comportar de modo a buscar a amealhar algum grau de distinção entre seus pares.

No que diz respeito à cultura política Berstein considerando argumento de Jean François Sirineli admite a cultura política como sendo uma espécie de código e de um conjunto de referentes, que se formam no meio de um partido ou que são difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. O autor destacou a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, mostrando que a ela constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. (BERSTAIN, 1998: p. 349-350).

Quando nos voltamos para a documentação, percebemos indivíduos demarcando espaços de sobrevivência, se localizando, se situando, ocupando posições, defendendo-as ou lutando por elas (SILVEIRA, 2007: p. 33). As ações desses sujeitos, possivelmente, teriam como resultado a geração de estratificações sociais e a acumulação de riquezas.

No caso deste trabalho, pretende-se mostrar a importância do estudo das relações sociais para a compreensão dos mecanismos utilizados pelos colonos, os mesmos estabelecidos no sertão do Rio Piranhas na busca de distinção e, portanto, de ascensão na hierarquia social e ainda como proporcionadoras de uma visibilidade de um conjunto de elementos (relações de amizade, fidelidade, honra, etc.) que marcaram a cultura política do período analisado.

Ao trabalhar o tema das redes de sociabilidade entre os séculos XVIII e XIX, Maria Fernanda Martins afirma que a prática relacional não se refere simplesmente a aspectos econômicos, posto que ela conecta-se “[...] à necessidade de estabelecer alianças vantajosas do ponto de vista material ou de manutenção dos bens e propriedades da família[...]” (MARTINS, 2007: p. 409).

Nas décadas mais recentes, as sociedades consideradas de Antigo Regime têm sido um tema muito frequentado pela historiografia, e nessas produções a suposta centralização típica do absolutismo vem sendo cada vez mais contestada. Antonio Manuel de Hespanha (s./d.), em suas elaborações, assinala que dentro do paradigma corporativo em Portugal estabeleceram-se relações de amizade e cumplicidades entre magistrados responsáveis pela administração que, apesar de terem concorrido para o enfraquecimento do poder local, não contribuíram para o fortalecimento do poder da Coroa.

Nesse sentido, Maria de Fátima Gouvêa afirma que, na medida em que são desmistificadas as idéias de absolutismo, centralização do Estado e concentração de poderes na pessoa do rei, torna-se possível perceber singularidades e mecanismos específicos que orientavam as práticas sociais, políticas e econômicas (GOUVÊA, 2004: p. 97).

Consideramos a relevância dessas abordagens, pois elas dão visibilidade a aspectos importantes da dinâmica interna da colônia no período colonial. No entanto, aqui queremos pensar as situações locais vivenciadas no sertão do Rio Piranhas conectadas a uma dinâmica mais geral.

Se voltarmos a analisar o testamento de Luis Peixoto Viegas a qual já fizemos referência teremos uma visão do modo como se davam as relações sociais no sertão do Rio Piranhas. O sargento-mor declara que possui gado *vacum e cavalari*, e conforme o relato estes últimos bens semoventes se encontram no seu Sítio das Flores. Encontramos a informação de que parte do referido sítio fora vendido ao doutor Diogo Velho Cardoso, desse modo a terra que se encontrava “entre as extremas do doutor Diogo Velho e o sítio de São José com seu fundo com a nascente” pertencia ao referido sargento.

Através das declarações compreendemos que o Sítio das Flores, em sua totalidade, estava tratado para ser vendido ao mesmo doutor Diogo Velho Cardoso por quatrocentos e cinquenta mil réis. Foi testamenteiro do sargento-mor o Tenente Felipe Leite Ferreira, é aí onde podem ser percebidas as relações de amizade entre aqueles que ocupavam postos importantes nos órgãos administrativos. No que diz respeito as testemunhas que presenciaram o testamento estavam: o alferes Nicolau Rodrigues dos Santos, o licenciado Felipe Bento de Santiago, Jose Caetano, Jose Rodrigues da Silva e o tabelião João Antonio Pereira. Se remontarmos a primeira metade do século XVIII veremos Luis Peixoto Viegas aparecendo na condição de testemunha de diversos documentos a exemplo da procuração de [?] Vital Vieira, da escritura de venda que faz Felipe delgado de Figueiredo, da escritura de venda que fez João Pereira de Mendonça, do papel de liberdade lançado em nota a requerimento de Hellena preta forra que foi de José de Sousa Lima e em diversos outros documentos.

Gostaríamos de salientar que a proposta presente neste trabalho não se apresenta como uma construção fechada, já que no decorrer da pesquisa (que ainda está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba) reelaborações poderão ser realizadas.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial e os Caminhos do Povoamento do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba - Vol. II*. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANTONIL, João Andreoni. *Cultura e Opulência do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.

MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Província da Parahyba*. Cidade da Parahyba: Imprensa Official, 1912.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba - Vol. 1*. 2. ed. facsimilar João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

\_\_\_\_\_. *Datas e notas para a História da Paraíba - Vol. 2*. 2. ed. facsimilar João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Paraíba – Vol. I*. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos para a história territorial da Paraíba – Vol. II*. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: as artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Presença. s/d.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

SILVEIRA, Marco Antonio. *Universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentista (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – Vol. 1: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português (1688-1735). *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 8, Jan./Jun. 2004.

\_\_\_\_\_. & SANTOS, Marília Nogueira dos. Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel &

GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 89-110.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos – América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura histórica em representações sobre territorialidades. *Saeculum-Revista de História*, n. 16, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, jan./jun. 2007.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. *Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita *et al.* *Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa – Vol. 1: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.